

INSTRUMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA  
PARTICULAR DE EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA,  
DE DEBÊNTURES SIMPLES E SUBORDINADAS, CELEBRADA EM  
20 DE FEVEREIRO DE 1998

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de **EMISSORA**,

**SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.**, doravante designada simplesmente **EMISSORA**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua da Assembléia nº 10, 18º andar, sala 1.809, parte, inscrita no CGC/MF sob o nº 02.286.509/0001-78, devidamente representada na forma do seu estatuto social,

na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 1.155 grupo 1.301, inscrita no CGC/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, devidamente representada na forma de seu contrato social,

e, ainda, na qualidade de **INTERVENIENTE**,

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, doravante designada **INEPAR**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.400, inscrita no CGC/MF sob o nº 76.627.504/0001-06,

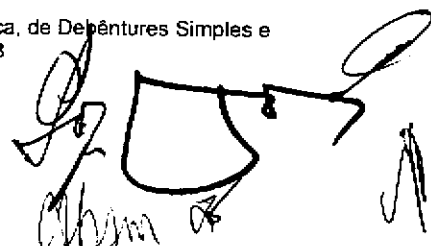
deliberam

1. re-ratificar a Escritura Particular de Emissão, em Série Única de Debêntures Simples e Subordinadas, de 20 de fevereiro de 1998, para: (i) excluir da cláusula IX a alínea (g) e (ii) incluir um item 5.13.2. na cláusula V, passando o atual 5.13.2. a 5.13.3. Em consequência,

- a) O item 5.13. e seus sub-itens passa a vigorar, consolidados, com a seguinte redação:

**“5.13. Vencimento Antecipado:**

**5.13.1.** A ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos (cada evento doravante denominado "EVENTO DE INADIMPLEMENTO") caracteriza o inadimplemento da **EMISSORA**: (a) a falta de pagamento, pela **EMISSORA**, de quaisquer valores de principal, juros e/ou outros encargos referentes às



debêntures, em suas respectivas datas de vencimento, obedecidas as estipulações desta Escritura, inclusive o disposto na cláusula 5.10.2., desde que o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja sanado dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da **EMISSORA**, de uma notificação escrita, enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; (b) protesto reiterado de títulos contra a **EMISSORA**, de valor isolado e/ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais), conforme definido em 5.14.3. abaixo; (c) impetração de concordata preventiva, pedido de auto-falência ou decretação de falência da **EMISSORA**; (d) declaração judicial ou administrativa de dissolução da **EMISSORA**; (e) caso a **EMISSORA** descumpra qualquer disposição prevista em seu estatuto, notadamente aquelas disposições contidas em seus arts. 5º, 6º e 16; (f) descumprimento, por parte da **EMISSORA**, de quaisquer de seus deveres e obrigações, previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos documentos a ela relacionados, ainda que não estejam expressamente definidos como um EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

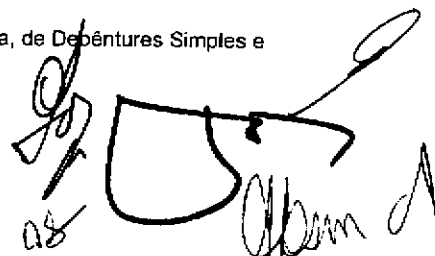
**5.13.2.** Constitui ainda EVENTO DE INADIMPLEMENTO o descumprimento por parte do(s) acionista(s) controlador(es) da **EMISSORA** de solicitação que lhe(s) seja dirigida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no sentido de convocar uma assembléia geral para destituir um ou mais administradores e eleger os respectivos substitutos. A comunicação do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá indicar quais os administradores a ser destituídos. A assembléia geral de que trata este item deverá realizar-se dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data do recebimento, pelo(s) acionista(s) controlador(es), da comunicação de início referida.

**5.13.3.** Caracterizado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, por decisão própria, declarar antecipadamente vencidas as debêntures em circulação e exigir o pagamento do valor do principal e dos juros remuneratórios, acrescido esse montante dos juros moratórios, contados "pro rata temporis", até a data do respectivo pagamento, além da multa de 10% (dez por cento). O **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá adotar a providência prevista neste item caso os debenturistas lhe dirijam solicitação nesse sentido. A solicitação dos debenturistas deverá ser deliberada em assembléia especial convocada e realizada nos termos desta Escritura de Emissão e dependerá da aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação."

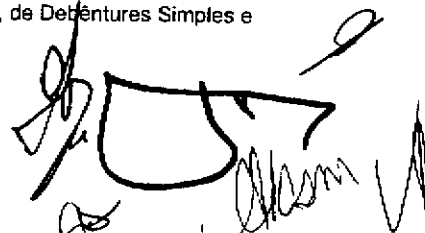
b) a cláusula IX passa a prevalecer, consolidada, com a seguinte redação:

#### **"IX - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:



- a) Parcelas semestrais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo a primeira devida no 1º dia do mês subsequente ao da assinatura da escritura de emissão, e as demais nos semestres subsequentes, até o vencimento da emissão. Será concedido um desconto sobre as parcelas semestrais correspondente à metade da razão do principal amortizado no semestre anterior, desde que a **EMISSORA** e a **INTERVENIENTE** estejam adimplentes com todas as suas obrigações contratuais. Fica certo que o desconto máximo a ser concedido será de 50 % (cinquenta por cento). Caso a **EMISSORA** ou a **INTERVENIENTE** venham a ficar inadimplentes o desconto a ser concedido será zero, retomando o valor da parcela a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- b) Parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para: (i) cada AGD (Assembléia Geral de Debenturistas) ou reunião formal de debenturistas, ou (ii) para cada reunião com a **EMISSORA** que seja por ela solicitada, devida na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, até que seja registrado o aditamento à escritura de emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso;
- c) Parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por relatório adicional ao anual, se houver, devido 02 dias após a sua confecção;
- d) As remunerações previstas nos itens (a), (b) e (c) serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSORA** (ou pela Fiadora);
- e) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/07/97 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata die", se necessário;
- f) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **EMISSORA**;
- g) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com



honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10 % e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;
- i) As remunerações serão acrescidas dos seguintes (Impostos: ISS sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, executando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento."

2. Ratificar todas as cláusulas constantes da Escritura Particular de Emissão, em Série Única, de Debêntures Simples e Subordinadas, de 20 de fevereiro de 1998, não alteradas pelo presente.

Estando assim as partes justas e contratadas, assinam a presente em 6 (seis) vias de igual teor e efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1998

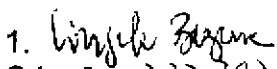
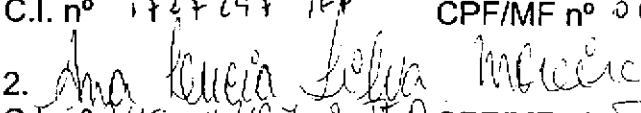
  
**SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.**  
NATAL BRESSAN - RENATO VASCHENSKI  
EMISSORA

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS LTDA.**

**AGENTE FIDUCIÁRIO**

  
**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
JAUNEVAL DE OMS - DI MARCO POZZO  
INTERVENIENTE FIADORA

**TESTEMUNHAS:**

1.   
C.I. nº 1727297-1 PF CPF/MF nº 061.731.797-62
2.   
C.I. nº 04651497-2 JFP CPF/MF nº 546.091.007-20